|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **FICHA DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** | | | | | |
| **PARTE A** | **Município** | *Guarará* | **UF** | | *Minas Gerais* |
| **Plano Municipal de Educação** | *Lei nº 1009, de 23/06/2015* | | | |
| **Períodos de Avaliação previstos** | 2015/2017 | | | |
| **Comissão Coordenadora** | *Prefeito: José Maurício de Sales*  *Secretário Municipal de Educação: Tarcísio Alves Moreira*  *Procurador Geral do Município: João Paulo Meireles de Carvalho Filho* | | *Decreto nº 117*  *de 20 de setembro de 2017* | |
| **Equipe Técnica** | *Representante da SME: Luciana Teixeira Passos*  *Representante dos especialistas da Educação infantil: Elizabete Dutra Mael*  *Representante dos professores da Educação Infantil: Mª Cristina P. Mendonça Machado*  *Representante dos professores do Ensino Fundamental (Anos Iniciais): Regina Silveira Rodrigues*  *Representante dos professores do Ensino Fundamental: Mayla da Silva Daniel*  *Representante dos diretores da rede municipal de ensino: Zélia Pacheco*  *Representante dos diretores da rede estadual de ensino: Valéria de Oliveira Retto* | | *Decreto nº 117*  *de 20 de setembro de 2017* | |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME, atendendo, no entanto, a 100% (cem por cento) da demanda manifesta.* |  | *1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.* | *Durante a vigência do Plano.* | *Governos Municipal, Estadual e Federal.* |
|  | *1.2) Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.* | *Pesquisa Anual* | SME e SMS (sem previsão orçamentária) |
|  | *1.3) Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.* | *Estratégia não cumprida no prazo previsto.* |  |
|  | 1*.4) aderir e manter convênios para construção de pré-escola na área urbana, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Governos Municipal, Estadual e Federal.* |
|  | *1.5) implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;* | *Estratégia não cumprida no prazo previsto.* |  |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME, atendendo, no entanto, a 100% (cem por cento) da demanda manifesta.* |  | *1.6) articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Obs.: O município não dispõe de tais entidades no momento.* |
|  | *1.7) promover através de programas ou convênios com a União e Estado a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;* | *ATINGIDA* | *QESE* |
|  | *1.8) estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5(cinco) anos;* | *INICIADA* | *QESE* |
|  | *1.9) priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas, em braile para crianças cegas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;* | *INICIADA* | *FUNDEB* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME, atendendo, no entanto, a 100% (cem por cento) da demanda manifesta.* |  | *1.10) implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária (trabalho de parceria entre as áreas).* |
|  | *1.11) preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *1.12) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *1.13) promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância,*  *preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME, atendendo, no entanto, a 100% (cem por cento) da demanda manifesta.* |  | *1.14) estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;* | *Durante a vigência do Plano.* | MEC |
|  | *1.15) construir um espaço físico que atenda às necessidades dos alunos da Educação Infantil e uma creche municipal;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Governos Municipal, Estadual e Federal* |
|  | *1.16) ampliar o número de profissionais, a fim de alcançar os objetivos propostos para a educação infantil;* | *ATINGIDA* | *FUNDEB* |
|  | *1.17) disponibilizar transporte escolar suficiente para o cumprimento do horário de entrada e saída dos alunos;* | *ATINGIDA* | *PNATE e Recurso Próprio* |
|  | *1.18) oferecer mobiliário adequado (armários, biblioteca, brinquedoteca, sala de vídeo,*  *parque, berçário, entre outros).* | *ATINGIDA* | PPA |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.* |  | *2.1) pactuar entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da lei 13.005/14, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária*. |
|  | *2.2) pactuar entre União e Município, através de convênio pertinente a disponibilização de notebook para cada estudante matriculado no Ensino Fundamental.* | *Durante a vigência do Plano.* | *Governos Municipal, Estadual e Federal* |
|  | *2.3) criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental;* | *ATINGIDA* | FUNDEB |
|  | *2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.* |  | *2.5) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.6) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.7) disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.8) promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;* | *INICIADA* | *QESE e PNATE* |
|  | *2.9) incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.* |  | *2.10) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.11) oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.12) promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.13) garantir matrícula em escola próxima a sua residência;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.14) limitar o número de alunos para a efetivação do ensino (1º ao 3º ano até 25 alunos - 3º ao 9º ano 35 alunos);* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.15) garantir materiais pedagógicos em tempo hábil ao início do ano letivo;* | *ATINGIDA* | QESE |
|  | *2.16) assegurar reforço escolar no contra turno para alunos com dificuldades;* | *Durante a vigência do Plano.* | *FUNDEB* |
|  | *2.17) respeitar as características etárias, sociais e psicológicas dos sujeitos de aprendizagem;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.* |  | *2.18) estabelecer parceria com a Secretaria da Saúde a fim de assegurar serviços especializados aos alunos com necessidades individuais, até o prazo de dois anos de vigência deste plano.* | *Estratégia não cumprida no prazo previsto.* |  |
|  | *2.19) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde, proteção à criança, adolescência e juventude;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.20) garantir a oferta do transporte escolar, adequado e com segurança;* | *ATINGIDA* | *PNATE e Recurso Próprio* |
|  | *2.21) acrescentar ao plano curricular componentes curriculares da parte diversificada que despertem maior interesse aos alunos;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.22) desenvolver atividades extracurriculares estimulando a aprendizagem;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.23) promover parceria entre as unidades educacionais e a Secretaria Municipal de Obras objetivando manutenção e conservação dos prédios escolares;* | *INICIADA* | QESE |
|  | *2.24) desenvolver estratégias de aprendizagem baseadas nas atividades de intervenções pedagógicas, buscando a eficácia do processo ensino-aprendizagem;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *2.25) implantação e manutenção de programas educacionais que diminuam a distorção idade-série.* | *INICIADA* | *FUNDEB* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).*  *Aumentar a taxa de escolarização líquida para 55% (cinquenta e cinco por cento), em até cinco anos e para70% (setenta por cento), em até 10 anos, para alunos na faixa etária de 15 a 17 anos.* |  | *3.1) pactuar entre União, Estado e Município a construção da Escola Estadual de Ensino Médio em Guarará.* | *Durante a vigência do Plano.* | *Governos Municipal, Estadual e Federal* |
|  | *3.2) institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;* | INICIADA | Governo Estadual |
|  | *3.3) pactuar entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5o do art. 7º da Lei 13.005/14, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *3.4) garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).*  *Aumentar a taxa de escolarização líquida para 55% (cinquenta e cinco por cento), em até cinco anos e para70% (setenta por cento), em até 10 anos, para alunos na faixa etária de 15 a 17 anos.* |  | *3.5) manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;* | INICIADA | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *3.6) fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *3.7) estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).*  *Aumentar a taxa de escolarização líquida para 55% (cinquenta e cinco por cento), em até cinco anos e para70% (setenta por cento), em até 10 anos, para alunos na faixa etária de 15 a 17 anos.* |  | *3.8) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *3.9) fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Parceria MEC e Governo Estadual.* |
|  | *3.10) redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as);* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *3.11) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *3.12) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *3.13) estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.* | *Durante a vigência do Plano* |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.* |  | *4.1) contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, a educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007;* | INICIADA | FUNDEB |
|  | *4.2) promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | *4.3) implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas;* | *Durante a vigência do Plano* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.* |  | *4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública educação básica, preferencialmente com atendimento todos os dias, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;* | *Durante a vigência do Plano* | Governo Federal, Estadual e Municipal. |
|  | *4.5) estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, além de comportamentos severos (psicológicos, neurológicos, físicos e emocionais);* | *Durante a vigência do Plano* | Governo Federal, Estadual e Municipal. |
|  | *4.6) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio específicos para cada tipo de necessidade e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;* | *Durante a vigência do Plano* | Governo Federal, Estadual e Municipal. |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.* |  | *4.7) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;* | *ATINGIDA* | *FUNDEB* |
|  | *4.8) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;* | *ATINGIDA* | Sem previsão orçamentária. |
|  | *4.9) fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;* | *Durante a vigência do Plano* | Governo Federal, Estadual e Municipal. |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.* |  | *4.10) promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;* | *Durante a vigência do Plano* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *4.11) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *4.12) definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas*  *que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;* | *Estratégia não cumprida no prazo previsto.* |  |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.* |  | *4.13) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Obs.: O município não dispõe de tais entidades no momento.* |
|  | *4.14) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de*  *acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Obs.: O município não dispõe de tais entidades no momento.* |
|  | *4.15) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Obs.: O município não dispõe de tais entidades no momento.* |
|  | *4.16) oferecer cursos de capacitação para profissionais de apoio;* | *ATINGIDA* | *QESE* |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.* |  | *4.17) implementar triagem-avaliação realizada por psicopedagogo ou médico especialista que apresente laudo para o aluno com Necessidades Educacionais Especiais para diagnosticar as especificidades de cada aluno;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *4.18) definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com Necessidades Educacionais Especiais;* | *Estratégia não cumprida no prazo previsto.* |  |
|  | *4.19) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais matriculados na rede pública de ensino;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Obs.: O município não dispõe de tais entidades no momento.* |
|  | *4.20) oferecer acompanhamento de um professor de apoio, para aluno com necessidades educacionais especiais, que apresentem laudo médico e parecer pedagógico que constatem a necessidade deste profissional;* | *ATINGIDA* | *FUNDEB* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.* |  | *4.21) promover no prazo de vigência desse PME, ampliação de programas vinculados a existência e manutenção da sala de AEE disponibilizada para o município;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Previsto no PPA* |
|  | *4.22) firmar parceria entre a Secretaria de Educação com as Secretarias de Saúde e Assistência Social para atendimento especializado com fonoaudiólogo, psicólogo, pedagogo, psicopedagogo, neurologista, fisioterapeuta, assistente social e especialistas nas áreas de especificidades, para o atendimento e promoção do melhor desenvolvimento dos alunos com*  *Necessidades Educacionais Especiais, matriculados na rede regular de ensino;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária* |
|  | *4.23) implantar programa de avaliação diagnóstica aos alunos matriculados na Rede Pública buscando conhecer necessidades de educação especial;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.* |  | *5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | 5*.2) Aplicar periodicamente por meio de instrumentos de avaliação específicos da União e Estado para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.* |  | *5.5) apoiar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;* | *ATINGIDA* | *QESE* |
|  | *5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, quando houver no município, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.* | *Durante a vigência do Plano.* | *FUNDEB* |
|  | *5.8) envolver a família no processo de aprendizagem;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária* |
|  | *5.9) encaminhar os educandos para o atendimento de apoio (psicólogos, fonoaudiólogos, assistência social) em parceria com a equipe pedagógica;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária* |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.* |  | *5.10) respeitar a maturidade cognitiva, social e emocional de cada educando.* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária* |
|  | *5.11) formar turmas respeitando a legislação vigente. (Projeto de Lei aprovado em 16/10/2012 – relator Deputado Humberto Costa- define: limite de 25 alunos para turmas de*  *Educação Infantil e 1º e 2º anos do Ensino Fundamental e de 35 alunos para as demais turmas da Educação Básica);* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária* |
|  | *5.12) assegurar professor de reforço;* | *INICIADA* | *FUNDEB* |
|  | *5.13) implantar sala de recursos (AEE) para atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais;* | *INICIADA* | *Prevista no PPA.* |
|  | *5.14) reativar e/ou implantar o funcionamento da sala de informática com vistas a utilizar programas educativos voltados para a alfabetização;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Prevista no PPA* |
|  | *5.15) trabalhar os conteúdos de História, Geografia e Ciências articulados aos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *5.16) estruturar um dia de planejamento (a cada bimestre) dos professores do 2° período da Educação Infantil com os do 1° ano do Ensino Fundamental, visando a articulação das 77 estratégias e conteúdos desenvolvidos com o propósito de atingir a alfabetização de todos os alunos até o 3º ano do Ensino Fundamental.* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.* |  | *5.17) priorizar a matrícula aos alunos que residem próximo à escola, respeitando o zoneamento;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária*. |
|  | *5.18) garantir cursos de capacitação continuada e/ou aperfeiçoamento para os professores de alfabetização;* | *ATINGIDA* | *QESE* |
|  | *5.19) firmar parceria com as áreas de saúde e assistência social visando a aplicação de exames de acuidade visual e auditiva, avaliação funcional, nutricional e cognitiva, assim como atendimento fonoaudiológico e psicológico aos alunos;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *5.20) garantir a aplicação de instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como fomentar o Sistema de Avaliação Interno, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos*  *os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária*. |
|  | *5.21) promover e fortalecer ações, visando à integração entre escola, família e comunidade.* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica***.** |  | *6.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de reforma de escolas na área urbana com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral.* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.3) Aderir, em regime de colaboração, a programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças e casa da cultura;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica***.** |  | *6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades 78 privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.6) orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.7) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.8) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica***.** |  | *6.9) garantir bolsa ao Monitor da Educação em Tempo Integral, da Educação Básica, valorizada, com apoio do Governo Federal.* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.10) buscar parceiros nas esferas pública e/ou privada para uma melhor valorização dos monitores do Tempo Integral no que diz respeito ao Auxílio Transporte/Alimentação;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.11) ampliar, por meio de projeto arquitetônico, o espaço físico da escola, utilizando os espaços disponíveis, com o apoio e execução do governo federal/municipal;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.12) implantar oficinas mais atrativas para os adeptos ao programa, totalizando a quantidade de vagas disponíveis por turma;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.13) buscar parcerias com órgãos do governo, como por exemplo SEBRAE, para oferecer cursos de capacitação e atualização para os monitores que atuam nas Oficinas da Educação de Tempo Integral;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.14) estabelecer uma associação mais abrangente de Tecnologias da Informação e da Comunicação aos agentes envolvidos na formação e aos educandos dos macro-campo realizados no Tempo Integral, bem como maior acesso à internet popular;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |
|  | *6.15) criar Estatuto próprio para seleção e avaliação de desempenho dos monitores do Programa de Educação Integral, valorizando a continuidade dos profissionais bem avaliados;* | *Durante a vigência do Plano.* |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:* |  | *7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária*. |
|  | *7.2) induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária*. |
|  | *7.3) formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;* | *INICIADA* | *QESE*. |
|  | *7.4) apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária*. |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:* |  | *7.5) orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PNE as diferenças entre as médias dos índices dos estados;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária* |
|  | *7.6) fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, do Estado, e do Município, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária*. |
|  | *7.7) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares 80 livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;* | *INICIADA* | *PPA* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:* |  | *7.8) garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;* | *ATINGIDA* | PNATE e Recurso Próprio. |
|  | *7.9) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;* | *2019* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | *7.10) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência de recursos à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;* | *Durante a vigência do Plano.* | *PDDE* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:* |  | *7.11) ampliar programas com apoio da União e Estado e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | *7.12) assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;* | *INICIADA* | *Prevista no PPA.* |
|  | *7.13) institucionalizar, manter e aderir, em regime de colaboração, a programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | *7.14) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:* |  | *7.15) informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação do Município, bem como aderir a programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;* | *Durante a vigência do Plano.* | PPA |
|  | *7.16) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;* | *Durante a vigência do Plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *7.17) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;* |  | *Obs.: O município não apresenta adolescentes e jovens nessa situação.* |
|  | *7.18) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária*. |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:* |  | *7.19) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária*. |
|  | *7.20) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária*. |
|  | *7.21) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária*. |
|  | *7.22) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária*. |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:* |  | *7.23) aderir aos sistemas estaduais de avaliação da educação básica, de modo a orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária*. |
|  | *7.24) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;* | *Durante a vigência do plano.* | *QESE*. |
|  | *7.25) implementar, em nível municipal, em articulação com o Estado e a União, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;* | *Durante a vigência do plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | *7.26) promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;* | *Durante a vigência do plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:* |  | *7.27) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;* | *Durante a vigência do plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | *7.28) ofertar progressivamente a educação infantil em horário integral em toda rede pública municipal;* | *Durante a vigência do plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | *7.29) ampliar progressivamente a jornada escolar visando a expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de, pelo menos, 7 horas diárias, com previsão de infraestrutura adequada, professores e funcionários em número suficiente;* | *Durante a vigência do plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | *7.30) prover nas escolas de tempo integral, para todas as crianças e jovens matriculadas, um mínimo de 03 refeições adequadas e definidas por nutricionista; monitoria das tarefas escolares; desenvolvimento da prática de esportes, atividades artísticas e culturais, associados às ações socioeducativas e em parceria com a Secretaria de Saúde;* | *Durante a vigência do plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | *7.31) assegurar aos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio condições para que alcancem nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de seu estudo.* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:* |  | *7.32) induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;* | *Durante a vigência do plano.* | *QESE e Recurso Próprio.* |
|  | *7.33) formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;* | *Durante a vigência do plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | *7.34) fixar, acompanhar e divulgar anualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.* |  | 8.1) institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados; | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | 8.2) implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial; | *ATINGIDA* | *FUNDEB* |
|  | 8.3) garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio; | *ATINGIDA* |  |
|  | 8.4) expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados; | *Durante a vigência do plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | 8.5) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com a União e o Estado para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino; | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.* |  | *8.6) promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três, cinco por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste*  *PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional****.*** |  | *9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;* | *ATINGIDA* | *FUNDEB* |
|  | *9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;* | *ATINGIDA* | *FUNDEB* |
|  | *9.4) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *9.5) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *9.6) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;* | *Durante a vigência do plano.* | *PNATE, PNAE e SMS.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três, cinco por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste*  *PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional****.*** |  | *9.7) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *9.8) apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);* | *Durante a vigência do plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |
|  | *9.9) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *9.10) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;* | *Durante a vigência do plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três, cinco por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste*  *PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional****.*** |  | *9.11) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *9.12) divulgar em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, para atrair os jovens e adultos que não tenham frequentado a escola para retorno;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *9.13) promover cursos de aperfeiçoamento para os professores da EJA com financiamento e apoio da administração federal ou municipal;* | *ATINGIDA* | *QESE* |
|  | *9.14) propor horário de estudos compatível com a jornada de trabalho dos alunos;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *9.15) implementar projeto pedagógico com os recursos didáticos e metodologia específicos para a EJA, de forma a desenvolver as habilidades e competências dos alunos;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três, cinco por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste*  *PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional****.*** |  | *9.16) desenvolver processo de avaliação sistêmica que atenda as especificidades da Educação de Jovens e Adultos considerando as vivências dos educandos e a diversidade dos projetos pedagógicos;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *9.17) apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na modalidade em questão, que visem o desenvolvimento das necessidades específicas desses alunos;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *9.18) articular políticas de EJA às políticas sociais voltadas para o mundo do trabalho, saúde e geração de emprego e renda;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.*  *Viabilizar, durante a vigência deste Plano, parceria com SESI, SENAI, SESC, e instituições de educação profissional, pública e privada, para que os alunos da educação de jovens e adultos tenham acesso aos cursos profissionalizantes por elas oferecidos, proporcionando-lhes formas de inserção social.* |  | *10.1) manter e/ou institucionalizar programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, inclusive na modalidade de educação a distância;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *10.5) garantir, com o apoio da União, aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;* | *Durante a vigência do plano.* | *Governo Federal, Estadual e Municipal* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.*  *Viabilizar, durante a vigência deste Plano, parceria com SESI, SENAI, SESC, e instituições de educação profissional, pública e privada, para que os alunos da educação de jovens e adultos tenham acesso aos cursos profissionalizantes por elas oferecidos, proporcionando-lhes formas de inserção social.* |  | *10.6) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *10.8) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com 86 apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *10.9) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.*  *Viabilizar, durante a vigência deste Plano, parceria com SESI, SENAI, SESC, e instituições de educação profissional, pública e privada, para que os alunos da educação de jovens e adultos tenham acesso aos cursos profissionalizantes por elas oferecidos, proporcionando-lhes formas de inserção social.* |  | *10.10) implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *10.11) incentivar, por meio de recursos públicos, a produção de programas de educação a distância que ampliem as possibilidades de educação profissional para todos os jovens, durante a vigência do Plano. Articular políticas de EJA às políticas sociais voltadas para o mundo do trabalho, saúde e geração de emprego e renda.* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *10.12) viabilizar, durante a vigência deste Plano, parceria com SESI, SENAI, SESC, e instituições de educação profissional, pública e privada, para que os alunos da educação de jovens e adultos tenham acesso aos cursos profissionalizantes por elas oferecidos, proporcionando-lhes formas de inserção social.* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.*  *Oferecer, em até cinco anos, cursos de formação profissional técnica para 20% (vinte por cento) dos alunos do ensino médio da rede pública e, em até dez anos, para 30% (trinta por cento) desses alunos, considerando-se exigências do desenvolvimento socioeconômico das regiões, as vocações produtivas locais e regionais e as demandas do mercado de trabalho.* |  | *11.1) expandir, em parceria com a União, as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *11.2) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *11.3) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *11.4) estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.*  *Oferecer, em até cinco anos, cursos de formação profissional técnica para 20% (vinte por cento) dos alunos do ensino médio da rede pública e, em até dez anos, para 30% (trinta por cento) desses alunos, considerando-se exigências do desenvolvimento socioeconômico das regiões, as vocações produtivas locais e regionais e as demandas do mercado de trabalho.* |  | *11.5) ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *11.6) expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *11.7) elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *11.8) reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.* |  | *12.1) Ampliar as políticas de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil-FIES, de que trata a Lei nº10.260, de 12 de julho de 2001, na Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afro descendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;* | *Durante a vigência do plano.* | FIES |
|  |  |  | *12.2) Proporcionar por meio do Transporte Gratuito Municipal, visitas a feiras profissionalizantes objetivando o despertar profissional do jovem concluinte do Ensino Médio.* | *ATINGIDA* | *PNATE e Recurso Próprio.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo,*  *35% (trinta e cinco por cento) doutores.* |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.* |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 15: Participar, em regime de colaboração entre a União, o estado e o município, de política nacional de formação de profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, garantindo que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.*  *Elevar em até 100% (cem por cento), em até cinco anos, a taxa de professores habilitados com formação superior completa atuando na Educação Básica.* |  | *15.1) Implementar e/ou aderir a cursos e programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em áreas diversas da de atuação docente, em efetivo exercício.* | *ATINGIDA* |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.* |  | *16.1) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e da União.* | *ATINGIDA* |  |
|  | *16.2) aderir a programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *16.3) ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *16.4) implantar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica;* | *ATINGIDA* |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.* |  | *16.5) fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público*. | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do quinto ano de vigência deste*  *PME.* |  | *17.1) acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto*  *Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para fins de atualização da remuneração do magistério municipal;* | *ATINGIDA* | *FUNDEB* |
|  | *17.2) implementar, no âmbito do Município, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *17.3) articular, para o âmbito municipal, a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional;* | *ATINGIDA* | *FUNDEB* |
|  | *17.4) constituir, no primeiro ano de vigência deste PME, Conselho permanente entre gestores públicos e profissionais da educação para acompanhamento da atualização progressiva do valor do vencimento da carreira dos profissionais da educação da rede municipal, à luz da meta 17 do PNE;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do quinto ano de vigência deste*  *PME.* |  | *17.5) constituir como tarefa do Conselho o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores de todos os profissionais do magistério do município;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *17.6) constituir como tarefa do Conselho o acompanhamento e atualização do Estatuto dos Servidores Municipais.* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *17.7) Adequar o plano de carreira dos profissionais da educação do Município, à luz da meta 17 do PNE, até o final do segundo ano de vigência deste PME.* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de*  *Carreira para os (as) profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art.206 da Constituição Federal.* |  | *18.1) estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *18.2) implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de 90 fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *18.3) aderir a prova nacional, a ser elaborada por iniciativa pelo Ministério da Educação, para subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de*  *Carreira para os (as) profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.* |  | *18.4) prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós graduação stricto sensu;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *18.5) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;* |  | *Obs.: O município não se enquadra nessa estratégia.* |
|  | *18.6) estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, em todas as instâncias da Federação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *18.7) eleger no primeiro ano deste PME uma comissão responsável pela revisão e atualização bienal do Plano de Carreira;* | *Estratégia não cumprida no prazo previsto.* |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de*  *Carreira para os (as) profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.* |  | *18.8) assegurar aos profissionais da educação, tanto efetivos quanto designados, a participação remunerada em cursos, seminários, treinamentos, pós-graduação (stricto sensu), em articulação com instituições de ensino superior ou outras entidades, para atualização permanente e/ou aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais que atuam no Ensino Fundamental, propiciando uma educação de qualidade, através de parceria e/ou convênios com os entes estadual e federal;* | *ATINGIDA* | *FUNDEB* |
|  | *18.9) assegurar ajuda de custo para transporte, alimentação e hospedagem para capacitações que ocorrerem fora do município;* | *ATINGIDA* | *QESE e Recurso Próprio* |
|  | *18.10) garantir, que no prazo máximo de cinco anos, o ensino seja ministrado somente por 100% de profissionais portadores de licenciatura plena.* | *ATINGIDA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *18.11) garantir licença remunerada de 50% da carga horária de trabalho para profissionais do magistério matriculados em cursos de Mestrado e/ou Doutorado, com limite de 1(um) profissional por ano, definindo critérios de prioridade para funcionários com maior tempo de trabalho como efetivo no município e de acordo com disponibilidade financeira do município;* | *ATINGIDA* | *Sem demanda.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de*  *Carreira para os (as) profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.* |  | *18.12) ajustar adicional salarial aos profissionais do magistério com formação em*  *Mestrado ou Doutorado ao adicional de pós-graduação de que já gozam;* | *INICIADA* | *FUNDEB* |
|  | *18.13) incorporar os benefícios como anuênio, adicional de regência, adicional de pós-graduação e outros para efeito de cálculo aposentadoria. Incorporar estas vantagens no piso de maneira que seja descontado o valor da contribuição ao INSS como providência para aposentadoria;* | *INICIADA* | *FUNDEB* |
|  | *18.14) reservar parte da carga horária semanal remunerada dos profissionais do magistério a atividades em local de livre escolha do servidor como determina o §4 do Art.2º da Lei 11738 de 16/07/2008, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões;* | *ATINGIDA* | *FUNDEB* |
|  | *18.15) propor à Secretaria Municipal de Educação, de maneira a intervir junto ao*  *Executivo e Legislativo para alcançar as metas propostas;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de*  *Carreira para os (as) profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.* |  | *18.16) priorizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de Carreira para os (as) profissionais da educação;* | *INICIADA* | *FUNDEB* |
|  | *18.17) realizar, por iniciativa do Ministério da Educação, a cada 2 (dois) anos a partir do segundo ano de vigência deste PNE, prova nacional para subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante adesão, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública;* |  | MEC |
|  | *18.18) realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PNE, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.* |  | *19.1) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *19.2) constituir Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *19.3) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;* | 2019 | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.* |  | *19.4) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *19.5) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *19.6) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;* |  |  |
|  | *19.7) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aderir a prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos;* |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.* |  | *19.8) estimular a escolha democrática de diretores e diretoras de escola com a participação de toda comunidade escolar;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *19.9) assegurar no Município condições de manutenção do Fórum Municipal de*  *Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste Plano Municipal de Educação;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *19.10) incentivar a formação de uma comissão para acompanhar o desenvolvimento do Plano Municipal de Educação;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *19.11) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de democratização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.* |  | *19.12) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares;* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *19.13) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;* |  |  |
|  | *19.14) desenvolver políticas de formação de diretores e gestores escolares a fim de qualificar sua atuação na dimensão político-pedagógica, administrativa e financeira da 93 instituição, com oferta anual, através do regime de colaboração e ações próprias de cada ente federado;* | *Durante a vigência do plano.* | *Sem previsão orçamentária.* |
|  | *19.15) garantir a participação de pais, estudantes, funcionários, professores, bem como da comunidade local na discussão, elaboração e implementação do Plano Municipal de*  *Educação.* | *INICIADA* | *Sem previsão orçamentária.* |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 20 - Aplicar, anualmente, em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.* |  | *20.1) garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1o do art. 75 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.* |  |  |
|  | *20.2) aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação* |  |  |
|  | *20.3) destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal.* |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE B** | **Metas** | **Prazo** | **Estratégias** | **Prazo** | **Previsões Orçamentárias** |
| *Meta 20 - Aplicar, anualmente, em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.* |  | *20.5) articular com a União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros ao Município, caso não consiga atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;* |  |  |
|  | *20.6) definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5o do art. 7o desta Lei.* |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PARTE C** | Meta 1: *Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME, atendendo, no entanto, a 100% (cem por cento) da demanda manifesta.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 1A** | *Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola creche (taxa de atendimento escolar).* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 91,1% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 1B** | *Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola creche (taxa de atendimento escolar)* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | **100%** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 8,5% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

Através dos dados levantados, constatou-se que o atendimento de crianças de 4 e 5 anos no Município a partir de 2014, é de 91,1%. Cabe ressaltar que, a Escola de Educação Infantil disponibiliza vagas para todas as crianças da faixa etária de escolarização obrigatória que buscam matrícula. Além disso, em parceria com a Secretaria de Saúde através das Agentes de Saúde, realizou um levantamento no final do semestre de 2017 e, fez a conferência de todas as crianças para confirmar que as mesmas estavam matriculadas e ainda verificou-se a demanda das crianças com menos de 3 anos para abertura de Maternal em 2018.

Em relação ao atendimento das crianças de 0 a 3 anos, observou-se que o município não progrediu no atendimento da população dessa faixa etária. Pretende-se a partir desse levantamento aumentar o atendimento escolar dessas crianças, inserindo-as na educação do município.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Meta 2: *Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 2A** | *Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 99,3% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 2B** | *Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | **100%** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 54,5% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

Não é possível constatar se houve evolução nos indicadores 2A e 2B, pois o último Censo Populacional do IBGE é de 2010 e não foi realizado outro para fazer comparativo. O que podemos observar são os dados do Censo Escolar que apontam para uma significativa redução no número de matrículas, porém no ano de 2017 com a reabertura da EJA houve um aumento significativo no número de matrículas.

As matrículas no Ensino Fundamental, percebe-se que a distribuição das matrículas mantém-se nessa proporção desde o início da observação dos dados, ou seja, a maior parcela das matrículas de Ensino Fundamental, estão na Rede Municipal de Ensino.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 3A** | *Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 84,5% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 3B** | *Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | **100%** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 46,8% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

A competência de atendimento deste nível de Ensino é do Estado, portanto, as considerações serão no nível de observação e algumas parcerias realizadas entre Município e Estado. Desta forma, não há investimentos aplicados nem previstos nas estratégias, exceto para o transporte escolar.

Não é possível constatar se houve evolução nos indicadores 3A e 3B, pois o último Censo Populacional do IBGE é de 2010 e não foi realizado outro para fazer comparativo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 4A** | *Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 94,4% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 4B** | *Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGO e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | **100%** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 100% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

Não é possível constatar se houve evolução nos indicadores 4A e 4B, pois o último Censo Populacional do IBGE é de 2010 e não foi realizado outro para fazer comparativo.

Porém observamos que houve um número significativo de matrículas no Ensino Fundamental e Educação Infantil nos últimos anos de crianças com necessidades especiais, inclusive crianças que precisam de monitor. Infelizmente o nosso município até o momento não possui uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas, para 2018 a mesma estará em funcionamento.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 5A** | *Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência)* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 8,3% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 5B** | *Estudantes com proficiência Insuficiente em Escrita (níveis 1, 2 e3 da escala de proficiência).* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | **100%** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 26,1% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 5C** | *Estudantes com proficiência Insuficiente em Matemática (níveis 1 e 2 da escala de proficiência).* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | **100%** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 43,3% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

Diante dos dados analisados percebe-se que há inúmeros percalços no caminho da alfabetização, tais como: alunos com dificuldades de aprendizagens, alunos com necessidades especiais (que por vezes ao longo da escolarização não conseguem alfabetizar-se), alunos oriundos de outras localidades, que vem com realidades completamente diferentes das nossas escolas, ou seja, com aprendizagem defasada, alunos provenientes de ambientes com poucos estímulos.

Ampliação da formação dos professores deste ciclo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica***.** | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 6A** | *Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 26,8% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 6B** | *Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | **100%** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 50% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

Apesar dos dados apresentados serem favoráveis, a realidade que se apresenta não condiz com o dia a dia escolar. O Tempo Integral no Ensino Fundamental funcionou apenas 2 anos, mesmo assim, de uma maneira bem precária devido à organização do espaço físico e da falta de recursos.

Consideramos que a implantação efetiva e gradativa do turno integral na Rede Municipal de Ensino só será viável a partir de novos investimentos destinados para este fim, pois além da adequação dos espaços físicos implicará também na ampliação do quadro de recursos humanos.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 7A** | *Média do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 6,5 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 5,9 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 7B** | *Média do Ideb nos anos finais do ensino fundamental* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 7C** | *Média do Ideb no ensino médio* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 10 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 3,7 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

A responsabilidade para o cumprimento dessa meta é compartilhada entre a Rede Estadual e Municipal.

Essa análise nos mostra que para a efetivação dos objetivos a serem alcançados nesta meta demanda esforços de todos os envolvidos para reverter essa situação de insucesso.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 8A** | *Escolaridade média da população de 18 1 29 anos de idade.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 12 a |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 10,2 a |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 8B** | *Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 12 a |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 8,5 a |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 8C** | *Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 12 a |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 8,7 a |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 8D** | *Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 89,8% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

Não é possível constatar se houve evolução nos indicadores, pois o último Censo Populacional do IBGE é de 2010 e não foi realizado outro para fazer comparativo. Cabe ressaltar que esta meta se refere à população de 18 a 29 anos, ou seja, faixa escolar não obrigatória o que dificulta ainda mais o retorno e a permanência dos mesmos nos bancos escolares.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três, cinco por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional****.*** | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 9A** | *Taxa de alfabetização de 15 anos ou mais de idade* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Meta executada no período |  | 91,4% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 9B** | *Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 50% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 33,0% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 10** | *Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 10% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 0,0% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

Inserir os jovens e adultos da EJA no nível de escolaridade integrada à educação profissionalizante voltada para a realidade com certeza é fundamental, mas como demonstra o indicador estamos longe de atingirmos a meta.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 11A** | *Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 11B** | *Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio na rede pública* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

Só será possível aumentar o número de vagas na educação profissional se houver parcerias, principalmente da rede municipal com instituições voltadas para a educação com essa finalidade.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 12A** | *Taxa bruta de matrícula na graduação (TBM)* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 50% | 50% | 50% | 50% | 50% | 50% | 50% | 50% | 50% | 50% | 50% |
| Meta executada no período |  | 8,3% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 12B** | *Taxa líquida de escolarização e graduação(TLE)* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 33% | 33% | 33% | 33% | 33% | 33% | 33% | 33% | 33% | 33% | 33% |
| Meta executada no período |  | 8,9% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

O Município com intuito de apoiar e incentivar os Estudantes do Ensino Superior oferece transporte escolar gratuito.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo,*  *35% (trinta e cinco por cento) doutores.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 13A** | *Percentual de docentes com metrado ou doutorado na educação superior.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 0% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 75,6% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 13B** | *Percentual de docentes com doutorado na educação superior.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 0% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 36,7% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 14A** | *Número de títulos de mestrado concedidos por ano.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 5614 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INDICADOR 14B** | *Número de títulos de doutorado concedidos por ano.* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 1805 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

Quanto às metas 13 e 14, consideramos previstas e amparadas no PNE de forma a atender parâmetros nacionais e não só municipal. Não temos dados quantitativos em nosso município para informar sobre os títulos de mestrado e doutorado.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 15: Participar, em regime de colaboração entre a União, o estado e o município, de política nacional de formação de profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, garantindo que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 15** | *Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 0% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 72,9% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

Atualmente boa parte dos professores de Guarará possuem graduação e pós-graduação. E que praticamente de forma universal foi ofertado curso para todos, contudo há uma professora que não aderiu ou não desejou cursar nível superior**.**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 16** | *Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 0% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 43,6% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

A maioria dos professores são pós-graduados. Com relação a formação continuada, no ano de 2017 a Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Prefeitura Municipal proporcionou aos profissionais da área da educação cursos de capacitação no primeiro e no segundo semestre do ano letivo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do quinto ano de vigência deste PME.* | | | | | | | | | | | | |
| **INDICADOR 17** | *Razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário de não professores com escolaridade equivalente* | | | | | | | | | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** |
| Meta prevista |  | 0% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Meta executada no período |  | 81,7% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**CONSIDERAÇÕES**

A avaliação dessa meta é muito vaga, pois os valores dos salários dos professores são variados mesmo na área pública, onde o Piso Salarial dos Professores deveria ser a referência, mas na maioria dos casos, não é considerado.

Alguns critérios para valorização já constam no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal. Outros, deverão ser implementados ao longo das reestruturações do mesmo, a partir da criação da Comissão Permanente. O Plano de Carreira do Magistério Público Municipal valoriza os avanços de acordo com a formação dos professores graduação e pós-graduação.

O acompanhamento da evolução do Piso Salarial já acontece, porém, o cumprimento da Lei do Piso está diretamente vinculado ao orçamento do Município e a Lei da Responsabilidade Fiscal.

|  |
| --- |
| *Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art.206 da Constituição Federal.* |

**CONSIDERAÇÕES**

O Município de Guarará possui Plano de Carreira para os membros do Magistério Público Municipal. A última adequação do mesmo aconteceu em 2014. Há previsão para criação da Comissão Permanente para reestruturação do Plano de Carreira que será responsável pelos estudos, discussões e proposições das alterações necessárias.

Obs.: As metas 19 e 20 não possuem gráficos



****FICHA DE MONITORAMENTO